



## OS ESTADOS UNIDOS NA ÓRBITA DO BRASIL: POLÍTICA EXTERNA DO BARÃO DO RIO BRANCO (1902-1912)

Maria Clara Andrade Bueno, discente de graduação em Relações Internacionais,  
Universidade Federal do Pampa, Campus Sant'Ana do Livramento  
Nicolý Rossoni Correia, discente de graduação em Relações Internacionais,  
Universidade Federal do Pampa, Campus Sant'Ana do Livramento  
Kamilla Raquel Rizzi, docente, Universidade Federal do Pampa

[mariabueno.aluno@unipampa.edu.br](mailto:mariabueno.aluno@unipampa.edu.br)

Este artigo se propõe a analisar por que os dez anos que constituíram a gestão de José Maria da Silva Paranhos Júnior como ministro das Relações Exteriores no Itamaraty são considerados um divisor de águas na política externa brasileira. Deu-se atenção especial ao processo de aproximação política com os Estados Unidos, o que engloba a mudança do eixo diplomático de Londres para Washington. O problema de pesquisa se refere à forma como Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, alterou a perspectiva da diplomacia brasileira com fins de aproximar seus interesses aos EUA. A partir disso, tomou-se como hipótese inicial de pesquisa a necessidade compreendida pelo Barão de que o Brasil obtivesse um aliado importante como facilitador da inserção brasileira no cenário político internacional. Foi utilizada como metodologia a pesquisa explicativa com abordagem qualitativa, tomando como desígnio não apenas descrever os fenômenos ocorridos na PEB entre os anos de 1902 e 1912, como também identificar seus efeitos no sistema, a partir de levantamentos bibliográficos e da análise de documentos. Rio Branco, ao ver a ascensão de uma nova potência no continente, buscou meios de garantir a conservação da integridade territorial e da independência brasileiras, de forma a impulsionar as capacidades e preservar os interesses do Estado. Assim, apoiou-se em uma aliança não escrita com os Estados Unidos, julgando que um aliado poderoso seria capaz de suprir o vácuo na defesa e na estratégia do Brasil, e este adotaria um *status* de supremacia política na América Latina. O Brasil, por sua vez, auxiliaria os EUA no apoio diplomático no continente e em questões hemisféricas, buscando obter a aceitação dos latino-americanos à Doutrina Monroe. Constata-se que, apesar de o Estado brasileiro ter sido usado como instrumento imperialista dos Estados Unidos, Rio Branco conseguiu assegurar os interesses daquele por meio do alinhamento, tornando a aliança proveitosa para o Brasil. O que realmente importava era sua inserção no cenário internacional como um ator forte que pudesse dialogar, relacionar-se e até mesmo comercializar com as grandes potências da época, além de exercer papel importante como moderador no Cone Sul. De fato, foi reconhecido seu *status* de supremacia política latino-americana por outros Estados. No âmbito global, o Brasil teve moderada ascensão no sistema internacional e, às vistas regionais, prosperou em delinear as fronteiras com os países vizinhos. Vê-se que a aliança não escrita foi fundamental no que tange à formação da política externa brasileira, evidenciando a relevância do Barão do Rio Branco, responsável por

redefinir os rumos das relações exteriores do país — antes consideravelmente tímidas — com uma estratégia exitosa de inserção internacional do Brasil.

**Palavras-chave:** Política externa brasileira; Barão do Rio Branco; Estados Unidos.